

Sintaxe e pragmática: O caso das construções locativas do português brasileiro

Diogo Pinheiro*

Resumo – Este trabalho investiga as construções locativas do português brasileiro (PB) à luz da Gramática das Construções. Um dos nossos objetivos consiste em delinear a representação conceptual subjacente a essa construção, bem como sua polissemia. Pretendemos mostrar também que imperativos pragmáticos regulam a interação entre verbo e construção de estrutura argumental, de modo a assegurar que a sentença satisfaça a Máxima da Quantidade de Grice. Para isso, descrevemos com algum detalhamento as construções locativas do PB e observamos especificamente o comportamento de cinco verbos: “existir”, “cair”, “aparecer”, “nascer” e “brotar”.

Palavras-chave – Construção locativa. Máxima da Quantidade. Semântica lexical.

1. Apresentação

Para apresentar a proposta deste artigo, é preciso situá-lo em um contexto mais amplo. Este trabalho integra uma pesquisa em andamento – alicerçada no arcabouço da lingüística cognitiva e, mais especificamente, no modelo da Gramática das Construções (doravante, GC), segundo GOLDBERG (1995); FILLMORE, KAY e O’CONNOR (1988); SALOMÃO (2002), dentre muitos outros, cujo objetivo é descrever as *construções locativas* do português brasileiro (PB). Exemplos de construções locativas são fornecidos abaixo:

- (1) Tem um gato em cima do tapete.
- (2) Apareceu uma pessoa muito estranha na festa.
- (3) Nasceu uma espinha nova no meu nariz.

De imediato, cabe ressaltar que a maior parte dos enunciados locativos pode manifestar-se sob duas configurações formais diferentes: com o sintagma nominal posposto ao verbo, conforme os exemplos acima, ou com esse mesmo sintagma na posição inicial. Embora essa seja uma

* Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Brasil.
E-mail: kyotopinheiro@globo.com.

distinção importante para nossa pesquisa, ela não estará em relevo neste artigo. Para os propósitos deste trabalho, portanto, não faremos distinção entre sentenças com anteposição ou posposição do SN.

Assim, quando mencionarmos a *construção locativa*, o leitor deve ter em mente que se trata de uma abstração, pois o que se observa de fato no PB são *duas* construções locativas, cada qual com suas peculiaridades semânticas e formais. No entanto, a abstração é possível na medida em que ambas as construções compartilham uma série de propriedades, tanto formais (o número de argumentos) quanto semânticas e pragmático-discursivas.

Tendo exposto o que este artigo *não* se propõe a apresentar, passemos a anunciar nosso recorte e objetivos. Antes de mais nada, é nosso objetivo oferecer uma descrição das construções locativas do PB do ponto de vista de suas propriedades formais, pragmático-discursivas e semânticas. Do ponto de vista semântico, interessam-nos especialmente questões relativas à semântica lexical: buscaremos verificar de que modo o sentido da própria construção locativa influencia o sentido dos verbos que a instanciam. E, sobretudo, pretendemos mostrar como essa relação entre sentido do verbo e sentido da construção é regulada por imperativos de natureza pragmática.

Para concluir, registre-se que as questões de natureza pragmática das quais iremos nos ocupar têm estado na pauta do dia dos praticantes da GC – ou pelo menos daqueles que se debruçam sobre o problema da estrutura argumental. Se em GOLDBERG (1995) a atenção recaía sobre a formação das redes construcionais e sobre a polissemia dos padrões argumentais, os trabalhos mais recentes da autora (GOLDBERG, 2006 e 2005, por exemplo) têm caminhado na direção dos estudos empíricos (atestando a realidade psicológica das construções e investigando privilegiadamente o processo de aquisição) e da preocupação crescente com as especificações pragmáticas das estruturas argumentais.

2. Primeiros passos

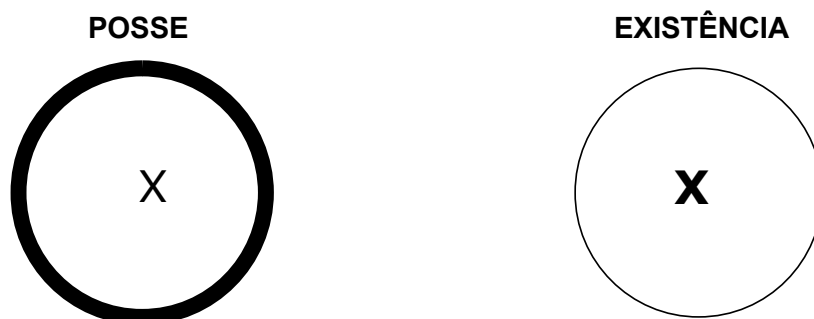
Segundo GOLDBERG (1995, p. 5), as construções de estrutura argumental que correspondem às “frases simples” de uma língua devem remeter a uma “cena básica da experiência da experiência humana”. De acordo com o cognitivismo californiano clássico, essas cenas básicas estariam diretamente acessíveis ao homem graças à sua relação sensório-motora

com a realidade circundante (LAKOFF, 1987) e seriam codificadas em bases de conhecimento conhecidas como *esquemas imagéticos* (JOHNSON, 1987).

Assim, para que uma sentença seja entendida como *locativa*, ela deve remeter a um cenário conceptual específico. Aqui, argumentaremos que se trata do cenário de *continência de uma entidade em um espaço delimitado* – uma cena que é codificada pelo esquema imagético dentro-fora (JOHNSON, 1987). Para esclarecer esse ponto, retomamos brevemente nosso trabalho anterior (GERHARDT; PINHEIRO, 2004), no qual investigamos os conceitos de Posse e Existência a partir da gramática do PB e do qual esta pesquisa constitui uma continuação natural.

Partindo da constatação de que sentenças possessivas e existenciais parecem relacionadas de forma regular em um vastíssimo número de línguas (por exemplo, “O Rio de Janeiro tem muitas praias” *versus* “Tem muitas praias no Rio de Janeiro”), nosso objetivo maior, à época, era identificar a motivação cognitiva subjacente a essa relação. Chegou-se então à hipótese de que as noções de Posse e Existência estão, ambas, codificadas no esquema imagético dentro-fora (cf. JOHNSON, 1987): assim, *ter* é ser um espaço que contém algo, enquanto *existir* é ser um elemento contido dentro de um espaço.

Essa breve paráfrase já aponta para outra conclusão relevante: a de que a distinção entre as noções de Posse e Existência reside nas diferentes focalizações aplicadas sobre o esquema imagético para cada um dos casos. Dito de outra maneira: o conceito de Posse implica a visualização do esquema dentro-fora com foco sobre o *contínente*, enquanto a noção de Existência, embora remeta ao mesmo cenário objetivo, incorpora, na representação desse cenário, o foco sobre o *conteúdo*. Convencionamos representar assim essa distinção:



Essa primeira etapa da nossa pesquisa é marcada, portanto, por uma preocupação com as *representações conceptuais* presumivelmente inscritas na razão humana. Nesse sentido, a análise gramatical se torna um instrumento que permitiria entrever os mecanismos ou “bastidores” da nossa cognição (a metáfora é de FAUCONNIER, 2002, entre outros). Não é de se espantar que seja assim: aderindo, nesse sentido, a uma tradição eminentemente platônico-aristotélica, a lingüística cognitiva tende a apostar, mais ou menos tacitamente, numa visão da linguagem como um sistema de representações logicamente posterior ao pensamento, que o substitui e o pressupõe, ao invés de constitui-lo (MARTINS, 2002). Assim é que os “primeiros passos” que refizemos acima se inserem nessa tradição de mirar na língua para acertar o pensamento – e, tanto quanto possível, identificar um acervo universal de conceitos e/ou operações mentais.

O passo seguinte consistiu em voltarmos mais detidamente nossa atenção para a *organização gramatical* dos enunciados que veiculassem, especificamente, a noção de Existência. De imediato, reconhecemos a presença, no português brasileiro, de dois tipos de sentenças existenciais, conforme os exemplos abaixo:

- (4) Deus existe.
- (5) Existe água em Marte.

Se ambas as sentenças compartilham, presumivelmente, parte de sua representação conceptual (estamos nos referindo, evidentemente, ao esquema imagético dentro-fora), há entre elas claras diferenças semânticas e formais: enquanto a primeira traz apenas um argumento (este ponto será retomado adiante), em função de sujeito, a segunda apresenta, além do sujeito, um oblíquo com papel de locativo. Além disso, a sentença (1) manifesta uma posição acerca do estatuto *real ou ficcional* de Deus, enquanto a segunda, longe de embutir uma tese sobre a realidade empírica da água, parece ter a função de localizar a entidade referida pelo SN em um espaço determinado, expresso – neste caso – através do sintagma preposicional. Note-se que uma construção como (4) origina um outro padrão construcional, exemplificado por (6) e (7) abaixo.

- (6) Você não existe!
- (7) A Juliana não existe!

A construção ilustrada por (6) e (7) difere daquela presente em (4) pelo fato de selecionar necessariamente sujeitos humanos e sobretudo

por ser usada com o propósito de se fazer um elogio ao indivíduo referido pelo SN sujeito. Trata-se, portanto, a um só tempo, de um padrão mais idiomatizado (menos composicional) e que impõe mais restrições ao tipo de elemento que pode preencher a posição de sujeito. Mais interessante é observar que a motivação que teria levado ao surgimento desse padrão assemelha-se àquela proposta por FILLMORE E KAY para a construção “o que X está fazendo Y?” (por exemplo, “o que você está fazendo fumando?”). No nosso caso, é possível imaginar que, inicialmente, uma sentença como (6) fosse uma manifestação do mesmo padrão construcional subjacente a (4), de maneira que o sentido de, por assim dizer, *elogio* deveria ser alcançado graças à violação à máxima griceana da qualidade – já que, entendida literalmente, uma sentença como (6) ou (7) não é verdadeira, o falante deverá buscar uma segunda interpretação a fim de assegurar a verdade do enunciado. Como acontece com a construção estudada por FILLMORE E KAY, porém, postulamos que esse sentido alcançado via implicatura deve ser especificado diretamente na construção, que passa a ser vista assim como um padrão menos aberto e mais idiomatizado.

A distinção entre as construções (4) e (5) acima já foi reconhecida por autores como HEINE (1997) e LANGACKER (2004). O primeiro irá chamar sentenças como (1) de *existenciais nucleares*, reservando para as sentenças do tipo (2) o rótulo de *existenciais estendidas*. Langacker, por sua vez, considerará *existencial* apenas o padrão ilustrado por (1), preferindo designar como *locativas* ocorrências como a do exemplo (2). Neste trabalho, nossa atenção recai exclusivamente sobre sentenças do segundo tipo. Para nomeá-las, adotamos a sugestão langackeriana: daqui em diante, portanto, iremos assumir uma distinção entre a construção existencial e a construção locativa.

Estabelece-se, assim, o escopo desta investigação. Voltando nossa atenção especificamente para as construções locativas, devemos descrever, amplamente falando, sua *forma* e seu *sentido*. Além disso, a maior atenção dedicada a questões mais propriamente gramaticais nos levará a incluir diversos outros verbos em nosso raio de observação – dada a premissa, central ao modelo goldbergiano, de que diferentes verbos podem instanciar uma mesma construção gramatical, devendo ocorrer nesse momento uma compatibilização entre o sentido do verbo e o sentido da própria construção ou padrão argumental.

3. As construções locativas do PB

Defendemos, neste trabalho, que a gramática do português brasileiro apresenta duas construções locativas, ambas com um SN tema e um sintagma locativo. A diferença entre elas, conforme já antecipamos, reside na ordem dos constituintes. As alternativas disponíveis são V SN LOC ou SN V LOC, como mostram os exemplos abaixo:

- (8) A bola caiu no rio.
- (9) Caiu uma bola no rio.

Conforme já indicamos, a construção locativa deve remeter à cena básica codificada pelo esquema imagético dentro-fora. Isso equivale a sugerir que o *sentido central* da construção locativa liga-se à cena básica na qual “um elemento X ocupa um lugar dentro de um espaço Y”. Essa hipótese parece evidente em casos como (10) e (11) (ainda que esta última apresente uma continência metafórica), mas pode ser controversa em sentenças como (12) e (13), que também tomamos como locativas:

- (10) Tem uma mosca na minha sopa.
- (11) Existe uma falha na sua argumentação.
- (12) Apareceu um vazamento no meu banheiro.
- (13) Falta sal na comida.

A inclusão de (12) e (13) como sentenças locativas, porém, não causa problemas dentro do modelo de GOLDBERG (1995). Se o sentido central da construção locativa pode ser parafraseado como “X ocupar um lugar no espaço Y”, o exemplo (12) acrescenta a esse sentido básico um aspecto incoativo, indicando o início de um evento (“X começar a ocupar um espaço em Y”), enquanto o exemplo (13) acrescenta a idéia de negação (“X não ocupar um lugar em Y”). Esse ponto não será aprofundado neste artigo. O que importa, por ora, é registrar que diversos outros verbos (além dos óbvios “ter”, “existir” ou “haver”) podem instanciar a construção, uma vez que a existência de outros sentidos afastados do sentido central, longe de acarretar um problema para a teoria, constitui na verdade um fenômeno previsto pela arquitetura do modelo e por suas premissas básicas (se uma construção assemelha-se a uma palavra, por constituir um pareamento convencional de forma e significado, parece razoável esperar dela um comportamento polissêmico¹). Neste artigo, conforme já antecipamos, nossas atenções estarão voltadas para o verbo “existir” (ligado ao sentido central da construção) e para os verbos “cair”,

“aparecer”, “nascer” e “brotar” (ligados a um dos sentidos derivados da construção, qual seja, aquele que manifesta o aspecto incoativo).

Do ponto de vista sintático-semântico, propomos que a construção locativa (em oposição à existencial, conforme já se viu) deve exibir dois argumentos: um sintagma nominal, com papel de tema (correspondente ao X do esquema imagético), e um sintagma adverbial ou preposicional com papel de locativo (correspondente ao círculo do esquema). O SN tema pode vir foneticamente expresso ou pode ser cancelado, desde que seja possível a sua recuperação por parte do ouvinte.

A descoberta mais interessante, porém, parece ser aquela relativa à especificação pragmático-discursiva da construção. Pode-se constatar que sentenças como (18) abaixo são pragmaticamente mal-sucedidas (em situações nas quais o locativo não pode ser recuperado, evidentemente), ao contrário de (19):

(18) # Tem um folha.

(19) Tem uma folha no seu cabelo.

Esse comportamento decorre naturalmente do fato de que a construção locativa representa a continência de uma entidade em um espaço, servindo para identificar a localização dessa entidade. O exemplo (18) é pragmaticamente mal-sucedido por violar a máxima griceana da quantidade (GRICE, 1982 [1975]): ao não especificar o local onde está a folha, essa sentença acaba por veicular informações em quantidade insuficiente². Não é verdade, porém, que todos os verbos que podem instanciar a construção locativa devam aparecer em sentenças que expressem foneticamente o locativo ou mesmo que permitam a recuperação de um constituinte determinado. Compare-se, a esse respeito, os exemplos abaixo:

(20) A bola caiu no rio.

(21) A bola caiu.

Argumentamos que, no primeiro caso, está-se diante de uma construção locativa, que indica a existência da entidade “bola” no espaço do “rio” (ou, para ser mais exato, o *início* desse evento de existência, de acordo com a polissemia construcional mencionada de passagem no início desta seção). Isso equivale a afirmar que o verbo “cair”, em (20), instancia uma construção de dois lugares.

Em (21), diferentemente, argumentamos que “cair” instancia uma construção monoargumental. Repare-se, contudo, que, para que a senten-

ça (22) seja vista como informativa, é preciso que o verbo “cair” seja interpretado diferentemente, sendo um sinônimo aproximado de “tombar”, “despencar”; vale dizer, exibindo a noção de que se trata de um evento *accidental*, noção esta que não se faz presente, necessariamente, em casos análogos ao de (20), que manifestam de fato a construção locativa:

(22) O goleiro chutou a bola e ela caiu bem no pé do atacante.

Em suma, o fenômeno que constatamos aqui é o seguinte: a deslocativização produz ora uma sentença pragmaticamente mal-sucedida (como no exemplo (18)), ora uma modificação, ainda que bastante sutil, no significado do verbo. O mecanismo que parece estar por trás desse fenômeno envolve, portanto, uma espécie de tensão entre a semântica do verbo e a presença ou ausência do locativo, de uma forma tal que um equilíbrio fino entre esses dois fatores permite que a sentença satisfaça o imperativo da *informatividade*.

Para dar conta desses fatos, propomos que a situação se passe da seguinte forma. Para que a construção locativa seja efetivamente informativa, ela depende de modo crucial do constituinte locativo: sua eliminação gera uma sentença pragmaticamente mal-sucedida, como em (18). Graças a essa condição, portanto, podemos concluir que a construção locativa reserva, necessariamente, um espaço para o constituinte de natureza adverbial, ainda que em alguns casos este possa não ser realizado foneticamente.

Por outro lado, acreditamos os mesmo verbos que podem instanciar uma construção locativa têm a possibilidade de integrar ao menos dois outros padrões construcionais: a construção de deslocativização e a construção intransitiva (note-se que a construção existencial que mencionamos acima, seguindo a opção terminológica de LANGACKER (2004), é um tipo de construção intransitiva).

A construção de deslocativização é paralela à “construção de objeto desperfilado” (“deprofiled object construction”; GOLDBERG, 2006 e 2005), exemplificada por exemplos como “the tiger killed again”. GOLDBERG (2006 e 2005) mostra que essa construção contém uma especificação semântico-pragmática de *ênfase sobre a ação verbal*. Admitindo, porém, que a noção de “ênfase” é excessivamente vaga, a autora detalha melhor as situações que esse conceito deve recobrir:

(23) Pat gave and gave but Chris just took and took – Ação repetida

- (24) Owls only kill at night – Ação genérica
 (25) She picked up her carving knife and began to chop – Narrow focus
 (26) Why would they give this creep a light prison term? He murdered! –
 Strong affective stance)
 (27) “She stole but she could not rob” (Beatles: She came in through the
 bathroom windows) – Contraste

Analogamente, a construção de deslocativização associa-se a um valor semântico-pragmático de *ênfase*, entendida à maneira de Goldberg:

- (28) Ele sempre surge nas horas mais impróprias! – Ação genérica/repetida

Por fim, acreditamos que alguns dos verbos que instanciam a construção locativa podem integrar também um terceiro padrão construcional: a construção intransitiva. Porém, para que se admita que um verbo determinado está, em uma ocorrência concreta, instanciando uma construção intransitiva, é preciso que se identifique nele um sentido diferente daquele apresentado nas construções locativas. Assim, (21) é uma sentença intransitiva porque o verbo “cair” parece exibir uma nuance semântica específica. Nesse caso, portanto, mesmo se nos depararmos com um constituinte de natureza adverbial, ele será tomado como um oblíquo *não-nuclear*. É o caso do exemplo (30):

- (30) Desde 12 de novembro de 2001, quando um avião da American Airlines caiu no bairro nova-iorquino do Queens e provocou a morte de 265 pessoas, cinco delas transeuntes, não tinha acontecido um acidente de grande magnitude nos EUA. (*Exemplo retirado do site www.estadao.com.br*)

Neste ponto, parece possível sugerir uma outra generalização: quando instanciados em construções locativas, os verbos atualizam um sentido bastante geral de “existência em um local” (ou, no caso da ramificação incoativa da rede polissêmica, “início da existência em um local” ou, dito de outra forma, “mudança de local”). Nas construções intransitivas, o sentido não é apenas diferente, mas parece remeter necessariamente a um frame mais rico³.

Esse fenômeno parece decorrer de um ajuste necessário para que a sentença satisfaça a máxima da quantidade. Para comprovar essa hipótese, comparemos a construção locativa com a intransitiva. Na nossa comparação, deixemos de lado deliberadamente o SN tema, já que este é comum a ambas as construções e não pode estar, portanto, na base de uma distinção entre elas.

Uma sentença locativa é bem-sucedida pragmaticamente quando informa sobre a presença de uma entidade (tema) em um determinado espaço (locativo). Nessa construção, portanto, SN tema à parte, a carga informacional se distribui entre o *evento ocorrido* (evento de existência, aparecimento, queda, nascimento etc.) e o *seu local de acontecimento*. O importante aqui é observar que a informação veiculada por uma sentença locativa só está completa quando se faz referência ao local de acontecimento do evento expresso. Isso decorre do fato de que, nas sentenças locativas, o evento expresso parece não ter relevância em si mesmo, o que demanda a inclusão do constituinte locativo de modo a satisfazer a máxima da quantidade.

Há situações, no entanto, em que a informação sobre o acontecimento de uma ação é suficiente para que a sentença satisfaça a máxima da quantidade, sem que seja necessário fazer referência ao local em que se deu o evento. É o que se passa com a construção intransitiva. Esta segunda possibilidade, porém, tem seu preço. O simples apagamento do constituinte locativo pode gerar sentenças mal-sucedidas, como é o caso de (18). Para que isso não aconteça, é preciso que a sentença informe a respeito de um evento relevante em si mesmo, e não a respeito de um evento que só se torna relevante quando se informa, junto, o seu local de realização.

A comparação entre (31) e (32) é bastante elucidativa a esse respeito. Em (32), o verbo é relevante em si mesmo na medida em que se opõe a outras situações possíveis (algo como ficar de pé, não cair, não acidentarse, executar o que era esperado sem transtornos). Em contrapartida, a informação relevante em (31) não é a de que a bola sofreu um acidente ou enfrentou um transtorno, mas de que ela foi para o rio (em oposição a ir para outro lugar qualquer ou ficar onde estava inicialmente). Evidentemente, há semelhanças inquestionáveis entre os dois casos, o que caracteriza essa distinção como uma situação de polissemia. No entanto, parece difícil não reconhecer a diferença entre os dois usos.

(31) A bola caiu no rio.

(32) O menino tropeçou e caiu.

A hipótese delineada até aqui faz a seguinte previsão: ao serem instanciados na construção locativa, os verbos devem atualizar um sentido mais geral, que pode ser parafraseado como “existência em um local”, “mudança de local” ou “não-existência em um local” (a depender da ramificação ao qual o verbo estiver ligado no interior da rede polissêmica); quando instanciados em uma construção intransitiva, os verbos devem

atualizar um sentido mais “rico”⁴, de modo a estabelecer um contraste com outros eventos ou ação e não um contraste com cenários compostos “evento + local”; por fim, quando instanciados em uma construção de deslocativização, o sentido global da sentença deve ser o de ênfase (em um dos cinco modos da ênfase apontados por Goldberg) e não se deve postular, nesse caso, um sentido diferente para o verbo.

A observação do comportamento dos verbos “existir”, “cair”, “nascer”, “brotar” e “aparecer” parece confirmar a previsão feita pela nossa hipótese. De acordo a previsão, esses verbos devem apresentar um sentido mais geral de “existência em um local” (no caso de “existir”) ou “mudança de local” (nos demais casos) ao integrarem a construção locativa, mas devem exibir um sentido mais “rico” ao integrar a construção intransitiva. Essa situação parece efetivamente ocorrer:

(33) Pelo visto, o Tiago não vai aparecer na festa.

(34) O corpo da filha da Maria finalmente apareceu.

A sentença (33) parece demandar, necessariamente, o constituinte locativo, de modo que este só poderá ser cancelado caso possa ser facilmente recuperado pelo ouvinte. Aqui, *aparecer na festa* se opõe a *ficar em casa* ou *ir a outro lugar*. A sentença (34), por seu turno, dispensa esse constituinte: nela, o evento de *aparecer* se opõe a *continuar desaparecido*, *não aparecer*. Esse exemplo é entendido relativamente a um *frame* bem mais específico que o de (33): trata-se de um *frame* que inclui nossos conhecimentos sobre o desaparecimento de corpos ou pessoas, acidentalmente ou como conseqüência de uma ação planejada.

Note-se que, se acrescentarmos um argumento locativo à sentença (34), ele deverá ser entendido como um oblíquo não-nuclear, à semelhança do que se observou no exemplo (30), ao qual subjaz igualmente uma construção intransitiva:

(35) O corpo da filha da Maria apareceu num terreno baldio.

Os verbos “brotar” e “nascer” têm comportamento bastante semelhante. Empregado em uma construção intransitiva, “brotar” atualiza o sentido de “germinar”, enquanto “nascer” evidentemente remete à cena de nascimento de um novo ser. Já na construção locativa, de acordo com a previsão feita acima, atualiza-se em ambos os casos o sentido mais geral de “início da existência em um novo local”.

(36) Finalmente brotou a semente que eu tinha plantado.

- (37) Brotou uma espinha nova no meu nariz.
 (38) De repente, brotaram dois policiais armados na minha frente.
 (39) Nasceram os filhotes do meu cachorro.
 (40) Nasceu uma espinha nova no meu nariz.

O caso do verbo “existir” já foi mencionado acima: quando instanciado em uma construção locativa, tem-se, conforme esperado, o sentido mais geral de “existência em um local”; quando instanciado na construção intransitiva (a “construção existencial” de Langacker), atualiza-se o sentido de “ser real” (em oposição a “ser falso” ou “ser fictício”).

Em suma, propomos que a construção locativa remete a uma representação conceptual que pode ser parafraseada como “entidade X ocupar um lugar no espaço Y” (com suas variações ou polissemia). Decorre daí uma especificação pragmática segundo a qual a sentença só será informativa caso apresente um argumento locativo (nulo ou expresso). Esse imperativo, por sua vez, gera uma restrição que atua no nível lexical: verbos que instanciam a construção devem atualizar um sentido mais geral, de modo a contribuir com uma parcela relativamente pequena da informação global da sentença, a ser completada pela informação veiculada pelo locativo.

A construção intransitiva, em contrapartida, informa sobre um evento relevante em si mesmo, sem que seja necessário mencionar o local onde esse evento ocorre. Por isso, uma sentença intransitiva deve dar conta de ser perfeitamente informativa mesmo sem o constituinte locativo. Para que isso seja possível, observa-se também aqui uma restrição em nível lexical: verbos que instanciam a construção intransitiva devem exibir um significado menos “esquemático” e mais “rico”.

Notas

¹ Para argumentos favoráveis à postulação de uma *polissemia construcional*, ver GOLDBERG (1995, p. 31-39).

² Para uma situação semelhante, embora não idêntica, ver o estudo de GOLDBERG (2001) sobre os “adjuntos obrigatórios”.

³ Essa descoberta é bastante próxima à conclusão de BROWN (*apud* GOLDBERG 2006) sobre o cancelamento de complementos verbais em Tzeltal.

⁴ O termo “rico” aparece em GOLDBERG (2006 e 1995) e pode ser entendido no contexto de uma semântica de *frames* (FILLMORE, 1977): verbos mais ricos são entendidos

relativamente a cenas conceituais mais complexas, vale a dizer, a conceitos aos quais o ser humano não tem acesso direto mas apenas pela via cultural (LAKOFF, 1987) e que não são, portanto, codificados em esquemas imagéticos (JOHNSON, 1987).

Syntax and pragmatics: The case of locative constructions in Brazilian Portuguese

Abstract – This paper investigates Brazilian Portuguese locative constructions within the framework of Construction Grammar. One of our goals is to present the conceptual representation underlying the constructions as well as its polysemy. We also argue that pragmatic requirements such as Grice’s Maxim of Quantity affect the interaction between the verb and the argument structure construction. In order to demonstrate this thesis, we describe Brazilian Portuguese locative constructions in some detail and specifically analyze the behavior of five verbs: “existir” (to exist), “cair” (to fall), “aparecer” (to appear), “nascer” (to be born) and “brotar” (to bloom / to blossom).

Key words – Locative construction. Maxim of Quantity. Lexical semantics.

Referências bibliográficas

- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think*. New York: Basic Books, 2002.
- FILLMORE, Charles. *Topics in lexical semantics*. In: COLE, R. (ed.) *Current Issues in Linguistic Theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977.
- FILLMORE, Charles; KAY, Paul. Grammatical constructions and linguistic generalizations: the *what’s X doing Y* construction. *Language*, v. 75, n. 1, 1999, p. 1-33.
- FILLMORE, Charles; KAY, Paul; O’CONNOR, Catherine. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*, v. 64, n. 3, 1988, p. 501-538.
- GERHARDT, Ana Flávia; PINHEIRO, Diogo. Gramática e cognição: um estudo das construções possessivas e existenciais no português brasileiro. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 8, 2004.
- GOLDBERG, Adelle. *Constructions: A construction grammar approach do argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

_____. Constructions, lexical semantics and the correspondence principle: accounting for generalizations and subregularities in the realization of arguments. In: FRANCIS, E.; MICHAELIS, L. (eds.) *Mismatch: Form-function incongruity and the architecture of grammar*. Stanford: CSLI Publications, 2005.

_____. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. Oxford: University Press, 2006.

GOLDBERG, Adelle; ACKERMAN, Farrel. The pragmatics of obligatory adjuncts. *Language*, v. 77, n. 44, 2001, p. 798-814.

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas: Editora do Autor, 1982.

HEINE, Bernd. *Possession: cognitive sources, forces, and grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1997.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: The bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University Press, 1987.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. Possession, Location and Existence. In: SILVA, A. Soares da; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (eds.) *Linguagem, Cultura e Cognição: estudos de Linguística Cognitiva*. v. 1. Coimbra: Almeida, 2004.

MARTINS, Helena. Sobre linguagem e pensamento no paradigma experiencialista. *Veredas: Revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, 2002, p. 75-89.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. *Gramática das construções: A questão da integração entre sintaxe e léxico*. *Veredas: Revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, 2002, p. 63-74.

Recebido e aprovado para publicação em maio de 2006.